

Brasil pagará US\$ 500 milhões até março

Foto de José Carlos Moreira

21-11-90

BRASÍLIA — O Governo brasileiro suspenderá unilateralmente a moratória decretada desde julho de 89 sem um acordo prévio com os credores estrangeiros. A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou ontem que a partir de janeiro o Brasil pagará 30% dos juros que vencem em 91 (a proposta era pagar 25% do juros devidos de janeiro a março), enquanto permanecem as negociações sobre o pagamento dos atrasados. Os 70% restantes dos juros serão contabilizados como parte dos atrasados, que já terão acumulado, em 90, cerca de US\$ 8 bilhões e seriam convertidos em bônus de longo prazo de resgate.

O percentual de pagamento fixado, segundo a Ministra, corresponde à capacidade de pagamento do Governo (pois corresponde aos juros devidos pelo setor público, que responde por cerca de 90% da dívida total) e custará US\$ 500 milhões, aproximadamente, no primeiro trimestre.

— A posição demonstra a vontade e disposição do Governo brasileiro de negociar — disse a Ministra, depois de fazer breve relato em que admite as dificuldades de entendimento entre a delegação brasileira e os credores, sobre os atrasados.

— Desde o início, o Brasil tem reiterado sua posição extremamente positiva para o êxito das negociações. Ainda assim, não foi possível chegar a um acordo e permanece uma grande distância entre o que os credores querem, dentro de uma visão de curto prazo, e o que o Brasil



Zélia aceita pagar somente os juros a vencer em 91

quer, uma solução de médio e longo prazo — relatou Zélia.

A Ministra acha que até março de 91 o Governo brasileiro e os credores já terão chegado a um acordo, sem descumprimento dos pressupostos básicos estabelecidos pelo Presidente



Jório Dauster apresenta a nova proposta aos credores do País

Collor, como o conceito de capacidade de pagamento do setor público, baseado no desempenho das finanças do Governo.

A resolução do Senado aprovada ontem, na avaliação da Ministra, reforça a posição negociadora do Presidente Collor, ao limitar os desembol-

so ao conceito de capacidade de pagamento.

O Embaixador para a Dívida Externa brasileira, Jório Dauster, chegou ontem a Nova York com a nova proposta a ser apresentada ao Comitê dos Bancos Credores.